

# A Nova República congelou os preços

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O ano de 1985 começou com fortes expectativas de uma inflação na casa dos 300%. Os primeiros dias da Nova República não chegam a garantir que essa possibilidade esteja totalmente afastada, mas parece evidente que, pelo menos do ponto de vista psicológico, há bons fluidos para uma estabilização dos preços e, quem sabe, até mesmo para uma ligeira queda.

Março último marcou uma taxa de 12,7% no Índice Geral de Preços apurado pela Fundação Getúlio Vargas. Espera-se, porém, que este tenha sido o último pico da inflação, cuja batalha apenas começa. O reativamento do Conselho Interministerial de Preços (CIP), que logo no segundo dia útil na nova gestão providenciou o resgate de um instrumento praticamente abandonado pelo governo Figueiredo — o controle dos preços industriais —, deu mostras de que este será um importante auxiliar na política de redução da inflação.

Mas parece claro também, para os próprios idealizadores do novo vigor do CIP, que este tipo de controle — quase policial — sobre os remarcadores de preços não poderá ser um sistema de longa duração. Resta saber qual é a efetiva política que está no colete da nova equipe econômica.

A essência da política econômica imaginada pelo presidente Tancredo Neves é a queda dos preços com a retomada do crescimento econômico. Os primeiros passos dados pela administração econômica, porém, não deixam antever com clareza qual é a estratégia a ser seguida. A ausência do presidente eleito poderá trazer complicações na montagem da fórmula e da dosagem da poção que combine uma baixa dos preços com reativação da produção, principalmente nos segmentos da economia que gerem maior taxa de ocupação de mão-de-obra.

Por enquanto, este governo prossegue utilizando instrumentos pouco inovadores na condução da política econômica, centrada no controle dos preços, na austeridade fiscal e monetária como pontos vitais de redução da inflação.

Primeiro, cortou 10% no já combalido orçamento da União, somando a esta decisão a suspensão dos cré-

ditos dos bancos oficiais por sessenta dias. Foram, porém, duas providências que pouco ou nenhum reflexo trarão na área dos preços, funcionando mais como uma armação geral para redirecionamento dos investimentos.

## CORREÇÃO MONETÁRIA

A mudança no esquema de fixação da correção monetária, que, ao invés de seguir "pari passu" a inflação do mês, passou a ser o resultado da taxa geométrica das três últimas inflações, também não tem a função de modificar a trajetória dos preços. Em princípio, trata-se de uma providência que vem mais no sentido de evitar maior previsibilidade no mercado aberto, eliminando os riscos de grandes lucros ou perdas.

Aliás, essa mudança das correções monetária e cambial indica que o governo estava prevendo uma possibilidade de taxas crescentes de inflação nos próximos meses. Se as taxas forem decrescentes, como se imagina que começará a aparecer neste mês de abril, com uma inflação de 8 a 9%, a nova fórmula da correção monetária poderá trazer gordos lucros aos investidores e elevação real de juros para quem tem empréstimos a pagar.

O único instrumento efetivo que o governo acionou diretamente contra os preços foi o retorno ao controle dos reajustes dos produtos industriais no âmbito do CIP. E a nova regra, definida após a primeira reunião interministerial, desde a gestão do então ministro Mario Henrique Simonsen, é conceder aumentos de preços por uma periodicidade não inferior a noventa dias e permitir o alargamento da margem de lucro apenas de seis em seis meses. Também foi acertado que os repasses dos custos fixos e da margem de lucro para os preços finais dos produtos poderão ser feitos com base em 80% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Este instrumento, portanto, não pode ser perene e os novos gestores da economia não esclareceram ainda qual é a estratégia que adotarão para resolver a difícil combinação entre redução do patamar da inflação e retomada do crescimento econômico, que crie condições para a recuperação da renda per capita, hoje nos níveis em que se encontravam no final dos anos 70.